

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio social	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração do
Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controlada Escoelectric Ltda. (sociedade em processo de dissolução), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram por nós examinadas, nem por outros auditores independentes. Ainda, conforme descrito na nota explicativa 9, o Instituto não vem contabilizando os resultados da controlada na sua demonstração financeira. Conseqüentemente, não foi possível aplicarmos outros procedimentos de auditoria para nos satisfazermos quanto à adequação do valor desse investimento, bem como os possíveis efeitos no respectivo resultado de equivalência patrimonial, através de outros procedimentos de auditoria.

Conforme explicado na nota explicativa 1, o Instituto não consolidou as demonstrações financeiras da controlada Escoelectric Ltda. (sociedade em processo de dissolução). Este procedimento está em desacordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivos	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Recursos sem restrição				Obrigações próprias			
Caixa e equivalentes a caixa	5	13.592	17.348	Fornecedores		855	466
Contas a receber de clientes	6	4.074	6.182	Obrigações trabalhistas e sociais	12	5.135	5.080
Estoques		241	409	Impostos e contribuições a recolher	13	1.287	706
Adiantamentos diversos	7	1.347	2.388	Outras contas a pagar		681	452
Impostos a recuperar	8	371	435	Obrigações com convênios			
Recursos com restrição				Convênios em execução	11	5.063	11.416
Convênios em execução	11	5.063	11.416	Total do passivo circulante			
Total do ativo circulante		24.688	38.178			13.021	18.120
Não circulante				Não circulante			
Recursos sem restrição				Obrigações próprias			
Contas a receber	6	123	123	Provisões para contingências	14	4.500	5.172
Impostos a recuperar	8	-	178	Total do passivo não circulante			
Imobilizado próprio	10	28.460	28.147			4.500	5.172
Investimentos	9	-	-	Patrimônio social			
Recursos com restrição				15			
Imobilizado vinculado a projetos	10	12.382	21.237	Investimentos permanentes		4.579	4.579
Provisão		(12.382)	(21.237)	Imobilizado adquirido		13.451	13.451
Total do ativo não circulante		28.583	28.448	Imobilizado doado		33.842	31.561
				Ajuste de avaliação patrimonial		6.178	8.243
				Déficits acumulados		(22.300)	(14.500)
				Total do patrimônio social			
						35.750	43.334
Total do ativo		53.271	66.626	Total do passivo		53.271	66.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

		2013	2012
Receita operacional líquida	16	60.837	69.840
Custos dos serviços prestados	17	<u>(61.695)</u>	<u>(57.416)</u>
(Déficit) superávit bruto		<u>(858)</u>	<u>12.424</u>
Despesas administrativas	17	(14.739)	(12.681)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>4.325</u>	<u>85</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido		<u>(11.272)</u>	<u>(172)</u>
Resultado financeiro líquido	19	<u>1.407</u>	<u>1.742</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u><u>(9.865)</u></u>	<u><u>1.570</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
(Déficit) superávit do exercício	(9.865)	1.570
Resultados abrangentes		
Imobilizado recebido em doação	<u>2.280</u>	<u>42</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(7.585)</u></u>	<u><u>1.612</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Investimentos permanentes</u>	<u>Imobilizado adquirido</u>	<u>Imobilizado recebido por doação</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávits (déficits) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2012	4.579	13.451	31.519	10.786	(18.613)	41.722
Realização da avaliação patrimonial - custo atribuído				(2.543)	2.543	-
Imobilizado recebido em doação			42			42
Superávit do exercício					1.570	1.570
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>4.579</u>	<u>13.451</u>	<u>31.561</u>	<u>8.243</u>	<u>(14.500)</u>	<u>43.334</u>
Realização da avaliação patrimonial - custo atribuído				(2.065)	2.065	-
Imobilizado recebido em doação			2.281			2.281
Déficit do exercício					(9.865)	(9.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>4.579</u></u>	<u><u>13.451</u></u>	<u><u>33.842</u></u>	<u><u>6.178</u></u>	<u><u>(22.300)</u></u>	<u><u>35.750</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(9.865)	1.570
Ajustes para:		
Depreciação	5.261	5.644
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	91	362
Reversão de provisão para contingências	(540)	(387)
Custo residual do imobilizado baixado	80	192
	<u>(4.973)</u>	<u>7.381</u>
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em contas a receber	2.017	(1.370)
Redução em outros créditos	1.463	2.509
Redução (aumento) nos estoques	169	(115)
Aumento em fornecedores	389	195
Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	636	952
Aumento em outras obrigações	229	411
	<u>(70)</u>	<u>9.963</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado) decorrente das atividades operacionais		
	<u>(70)</u>	<u>9.963</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(3.686)</u>	<u>(5.080)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado das atividades de investimento	<u>(3.686)</u>	<u>(5.080)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes a caixa	<u>(3.756)</u>	<u>4.883</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes a caixa		
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	13.592	17.348
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	<u>17.348</u>	<u>12.465</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes a caixa	<u>(3.756)</u>	<u>4.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 6 de fevereiro de 1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Atua por meio de ações educacionais, produção e divulgação de informações de conhecimento técnico e científico, estudos, pesquisas, desenvolvimento de protótipos, processos e sistemas de base tecnológica. O endereço registrado do escritório do Instituto é Avenida Comendador Franco, no. 1341, Curitiba, Paraná.

Os associados em 31 de dezembro de 2013 são: Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP e Associação Comercial do Paraná – ACP.

O Instituto foi qualificado, no ano 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei no 9.790, como O.S.C.I.P. (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório.

Imunidade tributária

Por constituir-se como Associação sem fins lucrativos e possuir o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, o Instituto, de acordo com a Legislação Tributária brasileira, é isento do pagamento de impostos e contribuições federais.

Investimento em controlada

A Escoelectric Ltda. foi constituída em 19 de novembro de 1998, tendo como sócios a Copel – Companhia Paranaense de Energia, a Construtora Mogno Ltda. e a M.B.C. Participações, com participação de 30%, 35% e 35%, respectivamente. Em 19 de abril de 1999 ingressou como sócia a PEM Engenharia S/A, com aumento de capital social, o qual ficou distribuído com as seguintes participações: a) Copel - Companhia Paranaense de Energia, com 40%; b) Construtora Mogno Ltda, com 12%; c) M.B.C. Participações, com 24% e d) PEM, com 24%.

Em 30 de abril de 2002 em decisão aprovada pelo CAD – Conselho de Administração do Instituto de Tecnologia Para o Desenvolvimento – LACTEC, o Lactec celebra por meio de contrato particular de compra as participações das sócias Mogno, MBC e PEM, ficando com 60% do capital social da Escoelectric, e a Copel com 40%. A transação está registrada na 6ª alteração contratual da Escoelectric, junto à mesma alteração, os sócios decidem aumentar o capital social de R\$ 1.000 para R\$ 1.800.

Em decorrência de contratos de longo prazo firmados pela empresa junto à seus clientes, entre outros motivos, apresentando margens estreitas de rentabilidade ocasionaram dificuldades financeiras para a Escoelectric manter suas atividades.

Neste período a empresa passou por dificuldades financeiras, tendo em vista os contratos de longo prazo firmados com os clientes, os quais apresentavam margens estreitas de rentabilidade.

Isto posto, em 2005 o capital social foi novamente aumentado no montante equivalente a R\$ 6.250, sendo R\$ 3.750 correspondente a 60% da participação acionária do Lactec e R\$ 2.500 correspondente a 40% da participação acionária da Copel. Entretanto, mesmo com o apoio financeiro dos acionistas, a empresa continuou incorrendo em prejuízos. A última receita registrada foi em 2008. Neste mesmo ano, foi determinado pelo sócios o encerramento das atividades, sendo que atualmente a controlada encontra-se em processo de dissolução. Por este motivo, os saldos não foram consolidados no Instituto.

Abaixo demonstramos as informações financeiras da Escoelectric Ltda. em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
<i>Ativo circulante</i>	<u>1.392</u>	<u>1.363</u>
Disponível	36	40
Outros créditos	1.356	1.323
<i>Ativo não circulante</i>	<u>495</u>	<u>523</u>
Depósitos judiciais	331	345
Outros crédito	159	159
Imobilizado	5	19
Total ativos	1.886	1.886
<i>Passivo circulante</i>	<u>843</u>	<u>842</u>
Outras obrigações	843	842
<i>Passivo não circulante</i>	<u>2.373</u>	<u>2.245</u>
Débitos com pessoas ligadas	1.453	659
Contingências	902	1.569
Outras obrigações	18	17
<i>Patrimônio líquido</i>	<u>(1.330)</u>	<u>(1.201)</u>
Total passivos	1.886	1.886

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Federal de Contabilidade, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Instituto em 14 de fevereiro de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 6 – Contas a receber (Provisão para crédito de liquidação duvidosa);

Nota 10 – Imobilizado próprio e vinculado a projetos; e

Nota 14 – Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem o seguinte ativo financeiro não derivativo:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes a caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais canceladas ou liquidadas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Investimentos em controlada

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Instituto, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando o Instituto, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder

d. Imobilizado próprio e vinculado a projetos

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Imobilizado vinculado a projetos

Os valores recebidos das instituições financiadoras, sociedade de economia mista e empresa pública, através de termo de cooperação e termo de parceria para a execução de projetos são

aplicados e os registros contábeis ocorrem em rubricas específicas, classificadas no ativo e passivo não circulante, não afetando o resultado do Instituto.

ii. Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes na reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido é indicação de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Instituto considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto como estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado, as perdas reconhecidas em anos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Quanto as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Benefícios de curto prazo empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro de curto prazo se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h. Apuração do (déficit) superávit

As receitas, os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4 Gerenciamento do risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, juntamente com seus conselhos de administração e fiscal.

a. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas

obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber e outros recebíveis

O Instituto estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com o contas a receber e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são os itens de perda específicos relacionados a exposições individuais, e a uma perda coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação a perdas que já foram incorridas, porém ainda não identificadas.

Investimento

O Instituto limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

c. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Instituto, buscando a eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

d. Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter os investimentos necessários e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora as atividades desenvolvidas pelo Instituto bem como os resultados das atividades operacionais sobre o capital.

5 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	1.325	1.402
Aplicações financeiras	<u>12.267</u>	<u>15.946</u>
	<u>13.592</u>	<u>17.348</u>

As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de

mudança de valor. As aplicações financeiras foram remuneradas em média à taxa de 101,54% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2013 e 105,84% em 31.12.2012.

6 Contas a receber de clientes

	2013	2012
No país	4.651	6.924
(-) Provisão para créditos duvidosos	(454)	(619)
	4.197	6.305
 Parcelas classificadas no ativo circulante	 4.074	 6.182
 Parcelas classificadas no ativo não circulante	 123	 123

Ativo circulante

Os saldos do contas a receber refere-se aos serviços prestados durante o ano de 2013.

Ativo não circulante

Parte dos valores a receber registrados no não circulante são relativos à venda dos módulos industriais do CETIS, cujos créditos foram cedidos para o Instituto como parte do investimento por ele realizado.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2013	2012
Valores a vencer	1.833	4.677
Vencidos há 30 dias	1.291	1.261
Vencidos de 31 a 90 dias	471	107
Vencidos de 91 e 180 dias	602	239
Vencidos acima de 180 dias	454	640
	4.651	6.924

A Administração do Instituto considerou os valores de provisão suficientes para cobrir eventuais perdas.

7 Adiantamentos diversos

	2013	2012
Adiantamentos a funcionários	395	506
Adiantamentos a fornecedores	857	1.706
Outros	95	176
	1.347	2.388

Em “Adiantamento a funcionários” estão registrados os adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salário, férias, viagens (nacional e internacional), cursos e aquisição de materiais de uso e consumo.

Em “Adiantamentos a fornecedores” são registrados os valores adiantados para fornecedores de prestação de serviços e fornecedores de materiais de consumo, principalmente referente a importações.

8 Impostos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo circulante		
Impostos federais a recuperar	359	280
ISS a restituir	12	6
Incentivo ISS tecnológico	<u>-</u>	<u>149</u>
	<u>371</u>	<u>435</u>
Ativo não circulante		
ISS a recuperar Manaus Energia	178	178
(-) Provisão para créditos duvidosos	<u>(178)</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>178</u>

Em “Impostos federais a recuperar” são registrados os valores de IRRF, PIS, COFINS e CSSL, impostos que foram retidos das notas fiscais de faturas do Instituto e que será pedido restituição com base em processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil conforme determina a legislação.

Em “ISS a restituir” são registrados os valores referentes a notas fiscais canceladas fora do período ou mês de sua emissão, tendo o Instituto já recolhido o ISS; será solicitado através de processo administrativo junto a prefeitura municipal de Curitiba, a restituição no exercício de 2014.

Em “Incentivo ISS tecnológico” estão registrados os valores concedidos a título de incentivo à pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico para empresas prestadoras de serviço. Em 2013 o projeto foi encerrado com o término dos recursos disponibilizados.

Em “ISS a recuperar Manaus Energia” são registrados os saldos de valores que estão sendo discutidos por meio de medida administrativa junto à prefeitura de Manaus para recuperar o ISS que foi retido sobre a alíquota de 5%, quando naquele município a alíquota é de 2%. Em 2013 foi constituído provisão para perda de crédito.

9 Investimentos

	2013	2012
Ativo - Investimentos		
Investimento Escoelectric Ltda. (a)	3.948	3.472
Provisão para perda Escoelectric Ltda.	(3.948)	(3.472)
	-	-

- (a) O saldo do valor investido se refere à aquisição de 60% do capital da Escoelectric Ltda.. A empresa encontra-se sem atividades comerciais e em processo de dissolução, a única fonte de recurso são os aportes dos sócios que têm permitido a liquidação dos passivos.
- (b) Os principais detalhes sobre o investimento está demonstrado a seguir:

Investida	Participação	Total de ativos	Patrimônio líquido (negativo)	Prejuízo do exercício
2013				
Escoelectric Ltda.	60%	1.866	(1.330)	(128)
2012				
Escoelectric Ltda.	60%	1.866	(1.201)	(200)

10 Imobilizado

a. Imobilizado próprio

	Taxa de depreciação a.a. (%)	2013	2012
Móveis e utensílios	28%	717	689
Máquinas e equipamentos	25%	28.715	23.982
Equipamentos de informática	23%	1.110	772
Sistemas aplicativos	27%	1.058	709
Veículos	25%	1.086	935
Edificações	4%	11.880	12.190
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5%	455	-
		45.021	39.277
Depreciação acumulada		(16.561)	(11.130)
		28.460	28.147

Movimentação do custo

2013

	Valor residual líquido em 31/12/12	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/13
Móveis e utensílios	319	38	(1)	(123)	233
Máquinas e equipamentos	14.895	4.615	(78)	(4.271)	15.161
Equipamentos de informática	456	358	(2)	(150)	662
Sistemas aplicativos	520	349	-	(188)	681
Veículos	565	151	-	(130)	586
Edificações	11.392	-	(311)	(399)	10.682
Benfeitorias em propriedades de terceiro	-	455	-	-	455
	<u>28.147</u>	<u>5.966</u>	<u>(392)</u>	<u>(5.261)</u>	<u>28.460</u>

Movimentação do custo

2012

	Valor residual líquido em 31/12/11	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/12
Móveis e utensílios	399	107	(2)	(185)	319
Máquinas e equipamentos	15.399	4.105	(48)	(4.561)	14.895
Equipamentos de informática	296	303	(15)	(128)	456
Sistemas aplicativos	260	363	-	(103)	520
Veículos	765	203	(235)	(168)	565
Edificações	11.791	-	-	(399)	11.392
	<u>28.910</u>	<u>5.081</u>	<u>(300)</u>	<u>(5.544)</u>	<u>28.147</u>

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve a necessidade de constituição de provisão.

Em 2013 o Instituto recebeu doação da FINEP, através do contrato n° 20.13.0110.00 publicado no Diário Oficial da União n° 124, de 01/07/2013, seção 3 página 14, referente aos bens remanescentes do convênio n° 93.99.0078.00 firmado em 18/02/1999. A incorporação ao patrimônio do Instituto ocorreu pelo saldo residual apurado em 2013, no montante de R\$ 2.280.

A baixa no grupo de edificações ocorreu pela desapropriação feita pela prefeitura municipal de Pato Branco, através do decreto municipal nº 5.658/2010, referente a um módulo industrial do CETIS, cujo crédito foi cedido para o Instituto como parte do investimento por ele realizado. Através de processo administrativo o Instituto ingressou com pedido de indenização junto a prefeitura de Pato Branco pelos investimentos da estrutura.

b. Ativo imobilizado vinculado a projetos

	Taxa de depreciação a.a. (%)	Valor residual líquido em 31/12/12	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2013
Máquinas e equipamentos - FINEP	10%	20.553	1.382	(8.549)	(1.641)	11.745
Equipamentos e acessórios de informática - FINEP	20%	108	18	-	(44)	82
Móveis e utensílios - FINEP	10%	43	-	(1)	(6)	36
Licenças de software - FINEP	19%	486	122	-	(113)	495
Veículos - FINEP	20%	47	-	-	(23)	24
		<u>21.237</u>	<u>1.522</u>	<u>(8.551)</u>	<u>(1.827)</u>	<u>12.382</u>

Os ativos imobilizados vinculados a projetos são demonstrados no balanço patrimonial com seu saldo residual igual a zero por terem sido adquiridos com recursos de convênios.

Quando do recebimento do “Termo de Doação” emitido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), os bens patrimoniais serão incorporados aos demais bens do Instituto pelo seu valor residual, e a contrapartida será incorporada ao Patrimônio Líquido pelo seu valor residual.

11 Recursos de convênios em execução

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas bancárias	25	23
Aplicação financeira	5.035	10.145
Adiantamentos	<u>3</u>	<u>1.248</u>
Obrigações com projetos	<u>(5.063)</u>	<u>(11.416)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

O saldo registrado no ativo circulante, contas bancárias e aplicação financeira, refere-se aos valores já recebidos das instituições financiadoras dos projetos, os quais serão aplicados na medida da evolução desses projetos, no decorrer do exercício de 2014.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e proventos	966	1.217
Encargos sobre salários	1.056	901
Previdência privada	360	280
Provisão de férias	2.011	1.974
Encargos sobre férias	742	708
	<u>5.135</u>	<u>5.080</u>

13 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre salários	507	474
ISS sobre o faturamento	76	159
Obrigações fiscais	649	-
Outros	55	73
	<u>1.287</u>	<u>706</u>

Em “Imposto de renda retido na fonte” estão registrados os impostos retidos sobre a folha de pagamento dos funcionários do Instituto.

Em “Obrigações fiscais” está registrado o débito referente ao auto de infração 10980.725038/2013-89 recebido em agosto de 2013, tal autuação refere-se a diferença de recolhimento de alíquota do SAT (Seguro contra Acidentes de Trabalho) abrangendo o período de 01/2010 a 12/2012.

Em “Outros” estão registrados os valores retidos na fonte sobre pagamentos a pessoa jurídica.

14 Provisões para contingências

O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contingências trabalhistas	2.666	3.519
Contingências tributárias	1.834	1.802
Contingências cíveis	500	709
Depósitos judiciais	<u>(500)</u>	<u>(858)</u>
	<u>4.500</u>	<u>5.172</u>

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados envolvendo cobrança de horas-extras, insalubridades, equiparação salarial e outros e, também ações de ex-empregados de empresas terceirizadas onde o Instituto tem responsabilidade subsidiária.

As contingências tributárias referem-se a três processos administrativos, sendo dois na esfera federal, referente ao INSS auto de infração nº 37.278.352-0 lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil exigindo a diferença de SAT (Seguro contra Acidentes de Trabalho) dos períodos 06/2007 à 12/2009, o autuante entendeu que o Instituto deveria ter recolhido o SAT na alíquota de 3%, mas no período recolheu na alíquota de 2%.

O outro processo consiste no mandado de segurança nº 5007114-53.2010.404.7000/PR com o pedido de afastar da incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas salariais pagas a título de auxílio-doença pago até o 15º dia pelo empregador, auxílio-acidente, aviso prévio indenizado, férias indenizadas e respectivo terço, com a obtenção da liminar o Instituto suspendeu o recolhimento da contribuição previdenciária e esta provisionando tais valores até que seja julgado o processo.

Na esfera municipal, o Instituto discute judicialmente com a prefeitura de Curitiba, através do processo 01-115318/2010, a cobrança do ISS sobre serviços prestados em outros municípios, exercícios 2007, 2008 e 2009, onde o imposto foi retido pela fonte pagadora, o autuante entendeu que o imposto deveria ser recolhido para o município de Curitiba.

As contingências cíveis referem-se a ação de cobrança da empresa Hosonic, processo 77493/2005, pelos horas trabalhadas além das contratadas para a construção de equipamentos eletrônicos.

15 Patrimônio social

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados para consecução dos objetivos sociais do Instituto.

A aquisição de bens do imobilizado são realizados com recursos recebidos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPQ– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Ministério da Ciência e Tecnologia e contabilizadas no patrimônio social como “Imobilizado a destinar”, até o recebimento do termo de doação para incorporação definitiva ou transferência aos executores.

O estatuto social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo os valores ser aplicados nas operações do Instituto.

Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste de bens do ativo imobilizado (móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, veículos, softwares e edificações), avaliadas nos termos do pronunciamento CPC 27 e da interpretação ICPC 10.

Os valores registrados sob essa rubrica são reclassificados para a conta lucros acumulados, a medida em que os bens objeto dessa mais valia vão sendo realizados, tanto por alienação quanto por depreciação.

16 Receita operacional sem restrição

	2013	2012
Serviços prestados		
Ensaio e análises	15.233	18.391
Pesquisa e desenvolvimento	23.808	26.083
Serviços tecnológicos	22.890	26.874
Transferência de conhecimento	800	576
	62.731	71.924
 Deduções		
Impostos sobre a prestação de serviço	(1.286)	(1.500)
Devoluções e abatimentos	(608)	(584)
 Total da receita operacional – sem restrição	60.837	69.840

17 Custos e despesas por natureza

	2013	2012
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	(36.255)	(33.473)
Serviços de terceiros	(8.598)	(9.055)
Materiais	(6.577)	(6.420)
Energia elétrica	(949)	(1.028)
Gastos com viagens	(2.566)	(2.431)
Depreciação e amortização	(4.384)	(4.732)
Outras despesas	(2.366)	(277)
	(61.695)	(57.416)

Despesas administrativas

Pessoal	(7.463)	(6.607)
Indenizações Trabalhistas	(2.360)	(932)
Serviços de terceiros	(2.042)	(2.502)
Materiais	(187)	(414)
Energia elétrica	(205)	(149)
Depreciação e amortização	(877)	(916)
Outras despesas	(1.605)	(1.161)
	<u>(14.739)</u>	<u>(12.681)</u>
	<u>(76.434)</u>	<u>(70.097)</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>

Custo dos serviços prestados

	(61.695)	(57.416)
Despesas administrativas	<u>(14.739)</u>	<u>(12.681)</u>
	<u>(76.434)</u>	<u>(70.097)</u>

18 Outras receitas (despesas) operacionais

Em alguns projetos de subvenção é previsto no plano de trabalho o reembolso de mão de obra de pessoal vinculado, estes reembolsos ocorrem de acordo com o cronograma de execução.

Estão registrados em outras receitas (despesas) operacionais os resultados de alienação de ativos permanente, as constituições (reversão) das provisões e os reembolsos de mão de obra de pessoal vinculado aos projetos de subvenção.

19 Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos	(36)	(53)
Despesas bancárias	(41)	(37)
Perda Cambial	(39)	(6)
Outras despesas financeiras	(4)	(5)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	110	105
Receitas com aplicações financeiras	1.273	1.347
Variação cambial ativa	81	345
Juros ativos	63	46
	<u>1.407</u>	<u>1.742</u>

20 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2013 o Instituto assumiu compromissos com os convênios de subvenção no ato da assinatura dos contratos, em 31 de dezembro os saldos remanescentes a serem recebidos para aplicação é no montante de R\$ 9.128 os quais não foram registrados no balanço do Instituto.

21 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

O Instituto não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

Empréstimos e recebíveis	2013	2012
Ativos		
Caixa e bancos	13.592	17.348
Contas a receber e outras contas a receber	5.421	8.570
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	7.958	6.704

Contas a receber e outras contas a receber – Decorrem diretamente das operações do Instituto, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quanto aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 35 dias).

Fornecedores e outras contas a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante.

Riscos de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalente de caixa	13.592	17.348
Contas a receber de clientes	<u>4.074</u>	<u>6.182</u>
	<u>17.666</u>	<u>23.530</u>

Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2013 para os instrumentos financeiros do grupo de “Recebíveis” e “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado”, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	<u>2013</u>	
	Valor Contábil	Valor Justo
Equivalentes de caixa		
Aplicação financeira	12.267	12.267
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	4.074	4.074
Fornecedores	855	855

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Instituto, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

22 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era segurado por R\$ 30.000, R\$ 200 para danos materiais, e R\$ 7.488 para responsabilidade civil, respectivamente para o Instituto.